

Entre vigilância e contemplação: efeitos do olhar no processo de produção de conhecimentos¹

(Between surveillance and contemplation: effects of the gaze in the production of knowledge process)

Marluza da Rosa

Instituto de Estudos da Linguagem – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

marluza.rosa@gmail.com

Abstract: In this paper, we analyze the operation of the metaphor of the gaze linked to the field of knowledge production. Such a tie, recurrent in scientific and philosophical discourses, is also common in the words of researchers in training, which constituted the corpus of our doctoral research. The approach of the statements presented here enhances the mobilization of different effects of meaning, pointing to a politics of the spectacle, to the gaze as a way of surveillance in university and scientific scope as well as to a gesture of contemplation regarding the objects produced.

Keywords: surveillance; (in)visibility; production of knowledge.

Resumo: Neste trabalho, analisamos o funcionamento da metáfora do olhar atrelada ao campo da produção de conhecimento. Tal elo, recorrente nos discursos filosófico e científico, é também frequente nos dizeres de pesquisadores em formação, que constituíram o corpus de nossa pesquisa de doutorado. A abordagem dos recortes aqui apresentados potencializa a mobilização de diferentes efeitos de sentido que apontam para uma política do espetáculo, para o olhar como meio de vigilância no âmbito universitário-científico, bem como para um gesto de contemplação frente aos objetos produzidos.

Palavras-chave: vigilância; (in)visibilidade; produção de conhecimento.

Visada inicial

Dentre os estudos que se inserem no domínio das ciências da linguagem e em uma perspectiva discursiva, não são raros os que se voltam para a problematização de aspectos característicos das formações sociais contemporâneas. Tal é, também, o propósito deste trabalho, que visa a abordar as práticas de produção de conhecimento em seu (dis)funcionamento, tomando como objeto de análise o discurso universitário-científico. A abordagem se mostra pertinente, uma vez que, intrinsecamente relacionado ao momento sócio-histórico no qual é produzido, esse discurso tende a disseminar e a autorizar formas de controle semelhantes àquelas praticadas em outras esferas da sociedade, engendrando processos de subjetivação.

No discurso universitário-científico, processos dessa ordem possuem o olhar como um de seus principais meios de ação, por um lado, porque é pelo gesto de mostrar os resultados como produtos e de se mostrar como eficiente que o discurso da ciência

¹ Este trabalho foi desenvolvido a partir de nossa pesquisa de doutorado, orientada pela Profa Dra. Maria José Coracini e financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a quem agradecemos.

garante-se, hoje, em sua hegemonia. Por outro lado, porque é pela manutenção do *status* desse discurso – ao qual Lacan (2009) chamaria de um discurso do semblante – que toda uma linha de produção age silenciosamente no âmbito da pesquisa universitária.

Sabemos que essa esfera tem recebido certa visibilidade atualmente, contudo, quando tratamos dos bastidores, daquilo que está para além ou aquém do que é visto, referimo-nos ao silenciamento do real processo de produção em prol do resultado/produto final, bem-sucedido e exposto ao olhar do outro. Dito diferentemente, enfocamos, aqui, o modo como o discurso da ciência, aliado a uma economia do espetáculo, incide determinantemente sobre o que tende a não ser mostrado, ou seja, sobre os dizeres formulados durante o processo de formação para a pesquisa e de produção de conhecimentos.

Para compreendermos a metáfora do olhar nos bastidores do discurso científico, ancoramo-nos no aporte teórico dos estudos do discurso, atravessados pela psicanálise lacaniana, e exploramos o campo escópico a partir de três direções de sentido: o olhar como observação ou contemplação, o olhar como vigilância e controle e o olhar como exposição ou dar(-se) a ver. A partir desse percurso, analisamos cinco excertos de relatos formulados por pesquisadores em formação inscritos nas áreas de Ciências Humanas, Exatas e Biológicas. Com esse movimento, buscamos pontuar não só os sentidos semelhantes desencadeados pelo gesto de olhar, mesmo quando se trata de áreas de atuação diferentes, mas também a resignificação desse olhar vigilante na relação entre sujeito e objeto.

Perspectivas

É sabido que o discurso científico, embora reivindique o emprego de uma linguagem neutra e denotativa, sustenta-se sobre metáforas que, envelhecidas pelo uso comum e pelo transcorrer do tempo, deixam de soar como elementos figurativos. “Metáforas gastas que perderam a sua força sensível, moeda que perdeu sua efigie” (NIETZSCHE, 2001, p. 13), termos que, à primeira vista, parecem transparentes, tais como *perspectiva*, *ponto de vista*, *observação* ou mesmo *evidência* evocam um elo com o olhar, cuja relação direta já não se faz presente. No que concerne à objetividade desse discurso, se levarmos em consideração que “a própria palavra ‘teoria’ vem de: contemplar, examinar, observar, meditar” e que, conseqüentemente, o *theoremata* é “o que pode se contemplar (espetáculo, regra e preceito moral)” (QUINET, 2004, p. 17), não é difícil rompermos a barreira da transparência comumente atribuída a esses significantes. Entendemos, assim, que não há outra razão senão o “longo cozimento da história” (FOUCAULT, 2010) para que a observação, uma das direções de sentido por meio das quais exploramos o campo escópico, passe a ser vista como pertencente ao domínio da ciência, enquanto a contemplação seja relegada à arte ou a outras práticas consideradas não-científicas.

Já nesse primeiro momento, é possível afirmarmos não só que o discurso da ciência está prenhe de metáforas – questão amplamente abordada por Coracini (1991) –, mas também que a metáfora do olhar aí incide de modo determinante. Ao tentar explorar um discurso que não fosse da ordem do semblante, ou seja, da aparência, Lacan (2009) a mobiliza, ao argumentar que,

[...] se há um discurso sustentável, ou pelo menos sustentado, nominalmente chamado de discurso da ciência, talvez não seja inútil nos lembrarmos de que ele partiu, muito

especialmente, da consideração de aparências. O ponto de partida do pensamento científico, digo, na história, vem a ser o quê? A observação dos astros. E isso é o que senão a constelação, ou seja, a aparência típica? (LACAN, 2009, p. 15)

Pelos termos do autor, podemos considerar que há, na observação dos astros, além da instauração de um discurso do semblante, um importante indício da função e do funcionamento do olhar no âmbito científico. Contudo, como se pode notar, não tratamos, nesta reflexão, do órgão atrelado à visão nem do olhar como um instrumento do qual o sujeito se serve, mas de um campo escópico, ou seja, do olhar como objeto que está para além do sujeito e que o afeta (QUINET, 2004).

Dito diferentemente, quando se observa uma constelação, uma molécula ou o que quer se seja, quando se assume dada perspectiva ou se tenta evidenciar resultados, mais do que o gesto de ver, instaura-se uma relação de saber, já que realizar tais atos, no âmbito científico, implica também produzir conhecimento, o qual se configura como um saber autorizado e legitimado; saber que, no entanto, apela à consciência, “irremediavelmente delimitada” e “princípio não só de idealização, mas de desconhecimento”, como a concebe Lacan (1988, p. 82). Ainda nos termos do autor, o objeto olhar deve, portanto, ser compreendido como o “avesso da consciência”, uma vez que é inapreensível, desconhecido, suspenso. Nesse sentido, a metáfora do olhar funciona como metáfora, não do conhecer, mas do saber, que excede a consciência, enquanto um “saber que não se sabe”. Logo, longe de ser um instrumento neutro e passivo, o olhar se caracteriza como um objeto que se volta para o sujeito, afetando-o também em sua relação com o (não-)saber que o constitui.

Ora, se, pela metáfora do olhar, pode-se atingir o limiar de uma relação de saber que incide sobre o “sujeito observador” mais do que sobre o “objeto observado”, torna-se possível entender que tanto a dualidade sujeito *versus* objeto quanto o próprio discurso científico podem ser tomados ao revés. Assim, compreendemos esse discurso como não sendo da ordem da descoberta – pois, “mais-além da aparência não há coisa em si, há o olhar” (LACAN, 1988, p. 101) –, mas do semblante, no qual se sustenta histórica e linguisticamente o desejo de universalidade, neutralidade e objetividade. Ao se afirmar essa imagem, camufla-se o caráter subjetivo e político do fazer científico, desconsideram-se seus bastidores e, nesse lugar, ignora-se também a incidência do olhar que vigia e controla.

Quando relacionamos olhar e vigilância, segunda direção de sentido apontada no início deste estudo, mobilizamos a figura do panóptico de Bentham, sistema ótico trabalhado por Foucault (2010, p. 210). A estrutura do panóptico é fundamentada sobre uma economia da visibilidade, a qual consiste, nos termos desse autor, em uma “visibilidade isolante”, já que cada corpo é vigiado individualmente. Essa forma de arquitetura, como o próprio nome indica, é centralizadora de poder. Assim, se o olhar fomenta a metáfora do saber, como pontua Quinet (2004), esse objeto também pode ser caracterizado pelos efeitos de poder que potencializa, pois, ainda segundo Foucault (2010, p. 215), Bentham “coloca o problema da visibilidade, mas pensando em uma visibilidade organizada inteiramente em torno de um olhar dominador e vigilante. Ele faz funcionar o projeto de uma visibilidade universal, que agiria em proveito de um poder rigoroso e meticuloso”.

É preciso salientar que, nesse sistema, o olhar também não funciona como um instrumento, já que o olho que tudo vê é apenas suposto ver: não deve necessariamente haver um vigia para que o campo do olhar produza os efeitos de vigilância considerados necessários. Desse modo, o panoptismo contribui para a disciplinarização e para a individualização,

características das sociedades disciplinares estudadas por Foucault. Não obstante sua reflexão incida sobre um modo de organização do espaço (ou dos corpos no espaço) e permaneça atual em várias esferas, sabemos que essa arquitetura também tem sofrido transformações desde os séculos XVIII e XIX, analisados pelo autor.

Em decorrência disso, Deleuze (2004) considera as sociedades contemporâneas como sociedades de controle, cujo funcionamento, para além do das sociedades disciplinares, não se caracteriza pela vigilância exercida por um sobre muitos, pois permite que todos vigiem todos. Ademais, a organização do espaço-tempo também é diferenciada. Como afirma o autor,

Estamos entrando nas sociedades de controle, que funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea [...] Pode-se prever que a educação será cada vez menos um meio fechado, distinto do meio profissional – um outro meio fechado –, mas que os dois desaparecerão em favor de uma terrível formação permanente, de um controle contínuo se exercendo sobre o operário-aluno ou o executivo-universitário. (DELEUZE, 1992, p. 216)

Em sua formulação, Deleuze tangencia o ponto de discussão deste estudo, pois, se considerarmos que a ciência não se constitui fora de uma sociedade, já que as práticas de produção de conhecimentos não se dão de forma desvincilhada das práticas sociais, devemos considerar, também, que o modo de organização social incide e produz efeitos no discurso universitário-científico. Sabemos que, na universidade, como em qualquer outra instituição, o poder é exercido com base em formas de exame e de disciplina, como, por exemplo, as aulas, as avaliações, o lugar hierarquicamente superior destinado ao professor etc. Contudo, hoje, são também as revistas e periódicos científicos que se mostram como instrumentos de vigilância e de controle, uma vez que, como pontua Lander (2008, p. 260) “o número de artigos publicados em revistas de prestígio, assim como o número de vezes que estes são citados, são utilizados para a quantificação da produtividade de um pesquisador ou equipe e para a avaliação da qualidade de um departamento ou centro de investigação” (tradução nossa).²

A esse respeito, podemos indagar se tais publicações, numericamente representadas, significam uma possibilidade maior de diálogo e de debate no meio acadêmico, contribuindo para a transmissão de conhecimentos, ou se se trata apenas de uma questão de (in) visibilidade e de controle. Dito diferentemente, entendemos que as revistas e periódicos especializados se configuram, muitas vezes, como mecanismos sinópticos de vigilância, em contraposição ao olhar unificador do panóptico, pois não apenas materializam a demanda constante pela divulgação dos resultados de pesquisa, como também permitem o olhar recíproco entre membros de um mesmo ou de diferentes domínios de conhecimento.

Remontando às considerações de Deleuze, outro traço das sociedades de controle que se presentifica contemporaneamente, ainda em relação ao modo de funcionamento do espaço-tempo, consiste na dualidade dentro-fora, espaço aberto-espaço fechado. Além da tendência à não distinção entre educação e âmbito profissional, mencionada pelo autor na passagem citada, a configuração da empresa passa a substituir a da fábrica, o que implica

² No original: “El número de artículos publicados en revistas prestigiosas, así como el número de veces que estos artículos son citados, es utilizado para la medición cuantitativa de la productividad de un investigador o equipo, y para evaluar la calidad de un departamento o centro de investigación”.

no deslocamento de uma vigilância massificadora para um controle contínuo. Em outros termos, enquanto a fábrica converte o conjunto de indivíduos em um único corpo a ser vigiado e disciplinado, a empresa “introduz o tempo toda uma rivalidade inexpiável como sã emulação, excelente motivação que contrapõe os indivíduos entre si e atravessa cada um, dividindo-o em si mesmo” (DELEUZE, 1992, p. 221).

Se, nas sociedades disciplinares, não se parava de recomeçar (na família, na escola, na indústria), nas sociedades de controle, segundo o autor, “nunca se termina nada”, o que reforça um imperativo de aperfeiçoamento constante ao qual os sujeitos se submetem (como indiciam as expressões *formação permanente* e *formação continuada* presentes no discurso didático-pedagógico e, mesmo, no universitário-científico). Esse mesmo imperativo faz-se presente no excerto (01), analisado posteriormente.

Acrescenta-se a isso que o foco constante das sociedades de controle, segundo Deleuze (1992), está no produto e não na produção. É o resultado convertido em mercadoria, útil e utilizável, que recebe a ênfase; argumento que tem sido válido, também, para o resultado das pesquisas científicas. Tratamos, aqui, do olhar como exposição ou dar(-se) a ver, terceira direção de sentido delineada em nossa *visada inicial*.

Quando relacionamos discurso científico e (in)visibilidade, tomamos como base o conceito de “efeito de vitrine” proposto pelo filósofo francês Phillipe Roqueplo (1974) ao se referir à forma de mito pela qual a ciência é mostrada ao público não-especialista (no discurso de divulgação científica, por exemplo); mito este que é reforçado pelo prestígio que o discurso científico ganha em nossa época. Apropriamo-nos dessa noção para problematizar os mecanismos de (in)visibilidade no processo de formação do pesquisador e de produção do conhecimento dito científico.

Ao jogarmos com o significante (in)visibilidade, entendemos que, tal como o sistema panóptico descrito por Foucault, no qual o indivíduo deve se fazer visível, o discurso que analisamos, por enfatizar o resultado e não o processo de produção, faz com que o sujeito não seja considerado como pertencente ao campo do olhar, já que é o indivíduo produtivo que deve aparecer enquanto tal. No âmbito acadêmico, entendemos estar naturalizada essa “necessidade” de ser produtivo, que pode ser pontuada, por exemplo, no deslocamento de itens lexicais (*produzir, produto, produção*) do discurso industrial para o que temos chamado de discurso universitário-científico, assim como a competitividade exigida daqueles que buscam ser reconhecidos/vistos como pesquisadores ou cientistas.

Consequentemente, essa injunção a dar a ver os resultados das pesquisas sugere um funcionamento da universidade e da ciência que obedece a uma economia do espetáculo (DEBORD, 1992), na qual o valor de mercado do produto, ou melhor, seu caráter mesmo de objeto/produto/mercadoria, determina seu valor de verdade, bem como sua aceitação dentro e fora dos espaços acadêmicos. Trata-se de um “fetichismo do objeto de consumo”, poderíamos dizer com Debord (1992, p. 35), que atravessa o momento histórico-social em que vivemos, deixando marcas nos discursos de nosso tempo e sugerindo uma “visão objetivada do mundo” (p. 17), dos laços sociais, dos saberes em construção.

Aliando-se aos imediatismos contemporâneos – imediatismos de uma sociedade da imagem como é a nossa – a ciência se reconfigura em direção à praticidade e à utilidade relacionadas à técnica, pois, nos termos de Quinet (2002, p. 37),

[...] o significante-mestre *capital* é quem comanda o saber científico: é ele quem financia as pesquisas, patrocina os pesquisadores, induz a elaboração do saber, obrigando este a dobrar-se à ‘política dos resultados’. Pois o saber científico, praticamente subsumido pela tecnologia, tem que produzir objetos.

Esse modo de produção, por sua vez, reorganiza e recria normas e valores, os quais, não restritos ao meio e ao discurso científico, estendem-se às formações sociais e se difundem, redesenhando-as. Nesse caso, a ciência passa a ser significada também como “prestadora de serviço”, conforme argumenta Voltolini (2009), caracterizando-se pela produção de objetos de consumo, pela criação de necessidades concernentes a tais objetos e, finalmente, pelo auxílio à sociedade que clama o acesso a esses objetos.

Analisaremos a seguir alguns efeitos de sentido que podem ser associados ao funcionamento do campo escópico no processo de produção de conhecimentos e de formação de pesquisadores, ou seja, nos bastidores do que é visível como discurso da ciência.

Visada analítica

Designamos *universitário-científico* esse discurso para o qual nos voltamos, compreendendo-o como uma outra cena que subjaz e que desliza nos meandros do discurso científico. Nosso objeto de estudo consiste no dizer de estudantes em fase de doutoramento, sendo esta considerada atualmente como um dos principais indicativos da formação de um pesquisador. Os participantes se vinculam a diferentes disciplinas e estão inscritos em três grandes áreas: ciências humanas, biológicas e exatas. O *corpus* foi constituído a partir de entrevistas orais semi-diretivas, gravadas e transcritas.³ A análise, por sua vez, foi baseada em regularidades linguístico-discursivas, presentes em segmentos recortados dos dizeres.

A partir da ancoragem teórica exposta anteriormente, propomo-nos a discutir alguns excertos, nos quais o dizer dos participantes de nossa pesquisa (d)enuncia um sistema de vigilância, de controle e de (in)visibilidade envolvido no processo de formação, mas também uma tentativa de ressignificação desse olhar pelo viés da contemplação. Salientamos que o imperativo pela visibilidade, como um efeito de vitrine, converge para a afirmação do discurso universitário-científico também como um discurso do semblante (LACAN, 2009). Começaremos esta incursão pela leitura do dizer de P7, a seguir.

- (01) e nunca é o suficiente/ nunca é o suficiente/ as empresas sempre querem que a gente sempre/ é:::/ esteja atualizado/ que você sempre tenha um curso [...] que você produza x/ né/ produção científica/ a [nome da IES em que P7 trabalha] cobra muito isso da gente/ o que que você produziu/ o que que você não produziu/ é:::/ e// é complicado/ né/ (P7 – Ciências Humanas).

O primeiro traço que pontuamos nesse relato diz respeito ao imperativo constante pela produção indiciado pela modalidade deôntica “tem que”. Tal modalidade, reiterada no dizer, aponta para a coação sofrida pelo pesquisador em formação, eclipsado, enquanto sujeito, pelo foco direcionado ao que se produz. Além disso, esse imperativo é reforçado

³ As transcrições foram feitas de modo a respeitar pausas e hesitações características da oralidade. O uso de uma única barra (/) sinaliza uma pausa breve, enquanto o uso de uma barra dupla (//) indica uma pausa maior. As reticências (...) indicam a suspensão do dizer, o símbolo (:::), o alongamento da vogal e a referência [inc], um termo incompreensível. Marcas como “cê”, para o pronome “você”, em (02), por exemplo, não foram editadas. Os participantes deste estudo são identificados por uma sigla constituída pela letra “P”, que se refere ao termo “Pesquisador”, e por um número, que remete à ordem com que as entrevistas foram realizadas. Tal sigla é seguida pela área de estudos de cada participante.

pela repetição dos marcadores discursivos “nunca” e “sempre”, no início do recorte, os quais, como mencionamos anteriormente, apontam para o funcionamento das sociedades de controle, em que se repete o ciclo infinito do “aperfeiçoamento” contínuo ou da “reciclagem”, como se tem chamado tal modo de forma(ta)ção.

Além do desconforto frente à demanda institucional, o recorte indicia um significativo deslocamento de sentidos, de faculdade ou universidade para empresa, em “as *empresas* sempre querem que a gente sempre/ é:::/ esteja *atualizado*/ que você sempre *tenha um curso*”. A presença do termo “empresas” em um dizer que se inscreve no âmbito acadêmico-científico mobiliza um imaginário no qual uma universidade funciona e é significada como uma organização mercantil e industrial qualquer (tal é a definição de empresa, presente nos dicionários), exigindo de seus funcionários treinamentos, atualizações e cursos.

O excerto também nos remete às considerações de Deleuze (1992) acerca da indistinção entre os meios de formação escolar e profissional, uma vez que P7 se divide e se constitui, assim como a seu dizer, a partir de uma mescla entre diferentes posições: operário-aluno ou estudante-professor e executivo-universitário. Notamos, também que “as empresas” possuem características humanas: elas querem, elas cobram; personificação que produz um efeito de apagamento dos traços subjetivos dessa injunção, levando a sua generalização e a sua instauração como uma verdade, já que não se pode dizer exatamente quem demanda tal forma de subjetivação. Assim, ainda nos termos de Deleuze (1992, p. 221), “numa sociedade de controle a empresa substituiu a fábrica, e a empresa é uma alma, um gás”. Logo, por meio da dissolução ou da pulverização de poder implicada nessa referência, dissimula-se o lugar de onde provém a voz imperativa, a ordem.

Além de ser discursivizada como uma organização mercantil, outro traço importante relacionado à universidade é a vigilância que esta, na condição de representante do mercado de trabalho, exerce sobre o pesquisador em formação, também professor e funcionário. A instituição de ensino “cobra muito” e esse controle assume pretensões de totalidade, uma vez que se procura controlar “o que você produziu [e] o que você não produziu”. Nada parece escapar ao olhar atento voltado para a produção.

A isso soma-se o fato de que “produzir”, nesse recorte, possibilita diferentes leituras, com efeitos de sentido também distintos que, ao mesmo tempo, imbricam-se. Na primeira vez em que é mencionado, “[as empresas querem] que você *produza x*”, podemos pensar na produção de um objeto, um bem de consumo, fabricado em escala industrial. Porém, na sequência do dizer, há um deslocamento do domínio empresarial para o âmbito acadêmico-científico: “*produção científica*/ a [instituição] cobra muito isso da gente”. Não basta, assim, que haja um resultado ou que, da pesquisa, derive um produto. Este deve ser lançado ao olhar do outro, para que seja apreciado e consumido, mas também vigiado e controlado.

O dizer de P8, a seguir, também potencializa uma leitura semelhante. Neste, a escolha lexical enfática, por meio dos substantivos *cobrança*, *pressão*, *imposição*, *injunção*, assim como do verbo *obrigar*, sugere um posicionamento de resistência do enunciador frente a esse dispositivo institucional de controle, que enfatiza a “necessidade” não apenas de produzir, mas também de mostrar esse produto.

Concebemos a resistência como um gesto possível dentro de um sistema que funciona por meio de relações de poder, uma vez que, para Foucault (2010), essas relações só se

sustentam pelo fato de tal possibilidade existir. Embora muitas vezes os discursos que indiciam resistência possam ser absorvidos por esse sistema, a posição resistente também pode ser lida como uma mancha no quadro, nesse caso, o do bom funcionamento da ciência; nódoa que, como tal, perturba a “pureza” e a “limpidez” desse discurso, como um ponto de opacidade, uma via para o disfuncionamento. Vejamos o recorte:

- (02) essa cobrança nos obriga a produzir e às vezes nem tanto de qualidade/ né/ mas como cumprimento mesmo de.../ às vezes em termos de participação em eventos mesmo [...] cê se vê apertada/ mas precisa/ né/ mostrar serviço né/ e aí é uma pressão bastante grande/ eu não vejo como nada positivo/ né/ que seria/ eu gosto de participar de eventos/ né/ mas não é porque/ precisa participar/ né/ aquela/ aquela imposição/ aquela injunção mesmo né/ à participação/ e é publicação/ e é relatório disso/ é relatório pra própria instituição/ é relatório da/ da/ da pós-graduação/ então/ é muita cobrança de todo o lado (P8 – Ciências Humanas).

Podemos depreender deste excerto um funcionamento de vigilância semelhante ao que ocorre em (01) anteriormente. No início do recorte, lemos que é a própria cobrança (personificada, assim como “as empresas”) que obriga não só a produzir, mas também a produzir em quantidade, em larga escala (“e é publicação/ e é relatório disso/ é relatório pra própria instituição/ é relatório da/ pós-graduação/ então/ é muita cobrança de todo o lado”). Tal olhar pode ser associado, também, à demanda direcionada ao pesquisador em formação para que ele se mostre ao outro como indivíduo produtivo (“precisa/ né/ mostrar serviço”).

Assim, a leitura do recorte em questão sugere que, mais do que um espaço neutro de produção de conhecimentos, o discurso universitário-científico se mostra como uma complexa “rede de interdependências e dominações” (ROQUEPLO, 1974), já que a necessidade de divulgar, de dar a ver os resultados da pesquisa, implica, conseqüentemente, o reconhecimento de um poder ao outro (aos pares) e a submissão a esse poder; poder de julgar, de atribuir (e de destituir) valores. Desse modo, o dizer de P8 (d)enuncia o funcionamento da metáfora do olhar como dispositivo de poder.

A injunção a se adaptar às demandas – que surgem de “todos os lados” (das instituições, do mercado de trabalho, mas também dos colegas e da sociedade) e que cerceiam o pesquisador em formação – potencializa o mal-estar já vivenciado frente às incertezas do fazer acadêmico-científico. No entanto, apesar disso, P8 continua a (se) investir nesse processo de (re)produção de redes e de dispositivos de poder, talvez em uma tentativa de confrontar-se com o campo do saber, talvez por já se ver como parte dessa maquinaria.

Marcas e efeitos do funcionamento desses mecanismos de controle podem ser depreendidos do dizer de P14, fortemente marcado por expressões que sugerem desconforto, mas também resistência ao que podemos chamar de imperativo de produção e de (in)visibilidade, materializado no espaço-tempo: no prazo, no relatório, na pesquisa em si.

- (03) não adianta/ você tem prazo/ você tem/ que entregar um relatório até o dia tal/ se até o dia tal você não tiver um resultado/ foda-se/ né/ desculpa a palavra/ mas foda-se sabe/ você tem que dar um jeito/ e isso é ingrato/ porque/ a gente é meio que uma máquina/ querem que você/ produza como uma máquina [...] e/ quantificar/ a/ a pesquisa assim é meio// sei lá/ meio/ malvado/ porque a gente tem prazos/ a gente tem relatórios/ tem que enviar/ precisa ter resultados (P14 – Ciências Biológicas).

No excerto supracitado, assim como nos enunciados anteriores, o sujeito indeterminado e o verbo na terceira pessoa do plural (“*querem* que você produza como uma máquina”) sugerem que tal demanda é pulverizada, já que o agente que vigia e controla, sendo desconhecido, pode não ser apenas um (as instituições, as empresas, as pessoas, todos *querem*). Além disso, tal enunciado pode ser compreendido à luz da reflexão de Foucault (2009), ao abordar a concepção utilitarista de “homem-máquina”, por meio da qual se trata da submissão, do adestramento, da docilização do corpo, que deve ser manipulável, e, finalmente, da utilização desse corpo. Devemos lembrar que o corpo docente e o discente são também corpos, segundo Derrida (1999), e, assim, todo adestramento, que exige disciplina e controle, insere o corpo em uma “maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe” (FOUCAULT, 2009, p. 133).

Tal maquinaria, ao *esquadrinhar* os corpos, coloca em jogo novamente os efeitos de poder do olhar. Fazer com que se produza como uma máquina – produzir em grande quantidade, mas também sem descanso, sem que se considerem as contingências de ser humano – remonta ainda à memória discursiva em torno da exploração do trabalho operário, decorrente do nascimento da era moderna e capitalista. Nesse sentido, podemos nos perguntar se a ciência em desenvolvimento em nossos dias não continuaria reproduzindo, no ciclo do capitalismo científico (LATOUR, 1995) ou do capitalismo acadêmico (LANDER, 2008), as mesmas relações de poder presentes nos primórdios da chamada modernidade.

No círculo do capitalismo científico, sobre o qual discorre Latour (1995), o olhar como dar-se a ver funciona pelo investimento de sua própria imagem enquanto pesquisador, em uma tentativa de corresponder ao que se espera do processo de produção de conhecimento. Esse investimento de si, como possível forma de se ver e de ser visto nos objetos produzidos, engendra, a cada vez, novos mecanismos de controle e de invisibilidade, como sugere (04), a seguir.

- (04) então não pode ter resultado negativo?/ não/ pode ter/ a::/ minha tese disse que/ todos esses experimentos não dão certo/ a::/ beleza/ tudo bem/ fechou a tese/ mas que porcaria/ vou publicar o quê?/ sabe?/ vou dizer pra todo mundo que essas coisas não funcionam?/ não dá (P14 – Ciências Biológicas).

Este excerto mostra, já de início, o caráter falho de toda ciência, pois é construído a partir de uma “não coincidência do discurso consigo mesmo” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 22-23), ou seja, a presença inevitável de discursos outros em todo fio discursivo, em toda palavra. P14 organiza seu enunciado de modo a responder a pergunta (que acredita ser) vinda do outro (da pesquisadora, talvez): “então não pode ter resultado negativo?”.

A atualização, em seu dizer, de outros discursos latentes em uma memória discursiva permite que P14 estruture sua formulação de modo a reafirmar o imaginário de que “aquilo que não funciona” na ciência, sintoma do real que a atravessa (LACAN, 2005), não deve ser mostrado: “vou dizer pra todo mundo que essas coisas não funcionam?/ não dá”. A demanda pela publicação ajuda a construir, assim, o discurso da ciência como sendo da ordem do semblante do qual trata Lacan (2009), ou seja, da aparência, pois não importa se *as coisas* funcionam ou não, o que importa é *parecerem funcionar*. Além disso, mais do que uma preocupação com a ciência e seus efeitos (na sociedade, por exemplo), é a publicação, a injunção a mostrar resultados imposta a P14 que o inquieta (“vou publicar o quê?”).

Entretanto, o enunciador, apesar da aparente resistência, adere a tal imperativo, uma vez que considera os “resultados negativos”, portanto, não mostráveis, como uma “porcaria”. Apenas os bons produtos devem ser vistos, o que nos leva a acreditar que o fazer nos bastidores do discurso científico também é voltado para a sustentação desse lugar mítico em que a ciência é colocada e por meio do qual é dada a ver: ciência-modelo-ideal, como em uma vitrine.

Diante de um imaginário que concebe o discurso científico como sendo da ordem do visível como aquilo que funciona, P14, inscrito no âmbito da pesquisa – ou seja, da ciência como processo pleno, mas de falhas –, deve lidar com a demanda (e o desejo) de corresponder a esse ideal. Sabemos que ascender à Ciência, com maiúscula, é um desejo inalcançável (e, por isso mesmo, pensamos, aqui, na noção de desejo). No entanto, no dizer de P14, as práticas e experiências que não atendem a esse padrão são vistas como resultados irrelevantes ou erros, como sugerem os fragmentos “*todos esses experimentos não dão certo*”, “*essas coisas não funcionam*”, os quais apontam para uma não equivalência ou uma assimetria entre processo e produto.

A hierarquia entre ambas as ordens parece, então, fundar-se sobre esse imaginário, cabendo ao pesquisador a função de reafirmá-lo na busca por algo que, de antemão, já está posto. De certa forma, esse gesto reproduz os termos de Nietzsche, pois

Enquanto o homem de ação chega a ligar sua existência à razão e a seus conceitos, a fim de não se ver arrastado e não se perder, o pesquisador constrói o seu tugúrio ao pé da torre da ciência para buscar auxílio no seu trabalho e encontrar proteção sob o baluarte já edificado. Ele tem necessidade de fato de proteção, pois há poderes terríveis que o ameaçam constantemente e que opõem à verdade científica verdades de um tipo totalmente diferente, com os sinais mais diversos. (NIETZSCHE, 2001, p. 18)

Tal excerto permite remontar à discussão que entreteçemos inicialmente, acerca do funcionamento dos periódicos como dispositivos de controle tanto do trabalho científico produzido, quanto do sujeito envolvido nesse processo de produção. O que desestabiliza P14, mais do que a imposição a produzir resultados, é dar-se a ver, submeter sua pesquisa e (por que não?) submeter-se ao poder rigoroso do olhar do outro.

Procuramos desenvolver até aqui uma articulação entre o ver e o dar(-se) a ver, bem como entre o ver e o saber-poder. A partir dessa relação, podemos nos perguntar: que aspectos singularizam o processo de subjetivação para o qual nos voltamos? Ou, dito diferentemente, como o sujeito se (re)significa a partir de sua submissão ao campo escópico? Trata-se, em nosso entendimento, de outro efeito de sentido possibilitado pela metáfora do olhar: a contemplação, que mescla a observação científica e supostamente neutra à arte, como indicia o recorte a seguir:

(05) é um trabalho bem árduo/ tem que ter [...] muita paciência// e aí então/ quando chega no final/ nossa!/ é que nem fazer uma escultura assim sabe?/ ver a escultura e/ a::/ tá ali [inc] então/ isso/ é/ chegar ao final assim é algo muito gratificante mesmo/ bem gratificante// é como se/ tu tem uma pedra e tu vai esculpindo ela e aí chegou no final/ nossa! Parla (P10 – Ciências Exatas).

Em (05), P10 discorre sobre sua pesquisa na área de Química, cujo “trabalho árduo” diz respeito ao trato com moléculas manipuladas em laboratório. Esse enunciador é um dos poucos entrevistados (ao todo, foram 21 integrantes) que aborda a produção de conhecimento e

seu próprio processo de formação como pesquisador pelo viés daquilo que supostamente funciona. Entretanto, mesmo inscrito no discurso universitário-científico, esse funcionamento não consiste naquele esperado da ciência, mas da arte: o produto como recompensa ao artista/artesão que lhe deu forma (“é algo muito gratificante mesmo/ bem gratificante”). É pela metáfora do olhar como contemplação que a dualidade objetividade x subjetividade parece se dissipar, já que, nesse fazer científico, há algo de *theoremata* não apenas na economia do espetáculo que gere sujeitos e objetos, tampouco na observação dita distanciada e despretenciosa, mas naquilo que atrai o olhar e que, de certo modo, encanta-o: produto que prende sujeito e objeto, campo no qual ambos se constituem mutuamente.

Por meio da associação entre a molécula “esculpida”, tal como uma pedra, e Moisés de Michelangelo – frente ao qual seu criador permanece em estado de êxtase, pedindo que fale (destacamos, no recorte em questão, as exclamações durante essa comparação) –, o sujeito ressignifica, também pelo campo escópico, sua sujeição aos dispositivos de vigilância e de invisibilidade constitutivos do discurso universitário-científico. Em outros termos, no mesmo plano da espetacularização ao outro, externo, há um espaço aparentemente fechado, no qual se encontram sujeito e objeto, face à face. Duplo espelhamento, portanto.

Nota-se que a metáfora do olhar, no referido recorte, não concerne à observação científica “pura” (o observar neutro e higienizado do laboratório), mas ao domínio que está para além do sujeito que sofre seus efeitos simbólicos. Nesse sentido, é significativo que seja direcionado ao resultado da pesquisa científica o mesmo pedido supostamente feito por Michelangelo à escultura: fala! Há, nesse produto, algo de sujeito, algo de humano, se considerarmos que aquilo que o caracteriza como tal é o fato de ser falante. Assim, mais do que analisar a eficiência de seu produto, P10 o contempla, ação que, de acordo com Quinet (2004, p. 26), “pode ser definida como estado de gozo escópico em que o sujeito estaria em perfeita harmonia e plenamente satisfeito porque teria encontrado o objeto de seu desejo e não teria, portanto, mais nada a desejar”; plenitude, no entanto, que sabemos ilusória, visto que o sujeito não só é cindido em sua constituição inconsciente, como também esquadrihado pela maquinaria que (o) compõe. Sendo assim, seu estado de gozo não é senão um lampejo que contribui para que siga desejante.

Atentamos, finalmente, para o fato de a contemplação, o êxtase, o gozo serem representados na formulação teleológica “chegar ao final”, reiterada no recorte. Contudo, como já pontuamos, seja inscrito em uma sociedade disciplinar (na qual nunca se cessa de recomeçar), seja em uma sociedade de controle (na qual nunca se termina nada), não resta ao sujeito outro caminho senão o adiamento, o constante estar em direção ao gozo: gozo do saber e do conhecer(-se), do ver e do ser visto/reconhecido; gozo, porém, que retorna ao inanimado, ao que não responde ao pedido: *parla!*, ao que reinscreve, portanto, o sujeito nos mecanismos de produção.

Observações finais

A partir do percurso que realizamos, propomos que se pense sobre o papel da ciência nas práticas sociais (e sobre a influência destas no desenvolvimento daquela), colocando em jogo uma das questões formuladas por Latour (1995, p. 76), a saber, “é possível fazer ciência fora dessa rede de produção desenfreada de enunciados novos?” (tradução

nossa).⁴ Acrescentaríamos, com base na leitura de Lacan (2009): é possível sustentar, no âmbito universitário-científico, um discurso que não seja da ordem do semblante, da aparência, da representação, do espetáculo feito para encher os olhos?

Se sabemos, como coloca o autor, que, para além da aparência, há o olhar, “esse apetite do olho, que se trata de alimentar [...] é, para nós, a ser procurado num plano bem menos elevado do que se supõe, naquilo que é a verdadeira função do órgão do olho, o olho cheio de voracidade, que é o do mau-olhado” (LACAN, 1988, p. 112). Do mau-olhado enquanto indício do campo em oposição ao qual a ciência se edifica e que lhe opõe “verdades de um tipo totalmente diferente” ao mal-olhado como torção de um olhar que deveria, que seria suposto, ver com limpidez: trata-se, aí, de um longo caminho.

Por meio da problematização do campo escópico pelo viés daquilo que não pode ou não deve ser dito e visto no discurso científico – a mancha que, por estar no quadro, faz parte dele, mas também a mancha inicial, cada pincelada que se oculta no olhar panorâmico dirigido ao produto final –, acreditamos que seja possível, ao menos, potencializar sua tomada pelo avesso. Assim, o que temos buscado compreender diz respeito à imbricação entre “a posição de sujeito e a de objeto no campo escópico”, que se dá, nos termos de Quinet (2004, p. 264), “no processo que vai do ver ao ser visto, do não-saber ao saber, do desejo de ver ao gozo do olhar”. Contudo, continua o autor (2004, p. 26), a contemplação não é senão “um ideal de completude do sujeito com o objeto que saturaria sua falta de saber, de ser e/ou de verdade”.

Indagamos, então, ainda uma vez: é possível fazermos uma ciência que não seja tomada como aquilo que encerra em si a verdade e que não se curve ao imperativo contemporâneo de produção? Como potencializar uma forma de pensar que se caracterize como um constante voltar-se sobre o opaco e o inapreensível de seu objeto, como um dobrar-se a seus efeitos: uma ciência pelo avesso? Constituir-se como um viés que funcione no “jogo da luz com a opacidade” (LACAN, 1988, p. 95), acreditamos ser esse o desafio que cabe às ciências da linguagem e à perspectiva discursiva na qual ancoramos este trabalho.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Tradução de Mónica Zoppi-Fontana et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

CORACINI, M. J. *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*. São Paulo: Educ.; Campinas: Pontes, 1991.

DEBORD, Guy. *La société du spectacle*. Paris: Gallimard, 1992.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Tradução de Peter Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

DERRIDA, Jacques. *O olho da universidade*. Tradução de Ricardo Iuri Canko e Ignacio Antonio Neis. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

⁴ No original: “est-il possible de faire de la science en dehors de ce réseau de production effrénée d’énoncés nouveaux?”.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

LACAN, Jacques. *O seminário livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Versão brasileira M. D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

_____. *O seminário livro 18: de um discurso que não fosse semblante*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

_____. *O triunfo da religião*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

LANDER, Edgardo. La ciencia neoliberal. *Tabula Rasa*, Bogotá, Colômbia, n. 9, p. 247-283, jul-dez. 2008.

LATOUR, Bruno. *Le métier de chercheur: regard d'un anthropologue*. Paris: INRA, 1995.

NIETZSCHE, Friedrich. Verdade e mentira no sentido extramoral. *Comum*, Rio de Janeiro, v. 6. n. 17, p. 05-23, jul./dez. 2001.

QUINET, Antonio. A ciência psiquiátrica nos discursos da contemporaneidade. In: QUINET, Antonio et al. (Org.). *Psicanálise, capitalismo e cotidiano*. Goiânia: Edições Germinal, 2002. p. 31-39.

_____. *Um olhar a mais: ver e ser visto na psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

ROQUEPLO, Philippe. *Le Partage du savoir: science, culture, vulgarisation*. Paris: Éditions du Seuil, 1974.

VOLTOLINI, Rinaldo. O discurso do capitalista, a psicanálise e a educação. *Educação Online*. 2009. (não paginado). Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=335:o-discurso-do-capitalista-a-psicanalise-e-a-educacao&catid=36:especial&Itemid=46>. Acesso em: 31 ago. 2013.